

DOM 9-4-97

PARECER 673/96 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI 248/96

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Melo Rodolfo, que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei 8.776, de 06 de setembro de 1978, que estabelece normas para alteração da denominação de logradouros públicos, no Município de São Paulo.

Preende o Vereador proibir a denominação de vias, logradouros ou próprios municipais com nomes de personalidades estrangeiras ou em língua diferente da nacional.

A presente matéria está amparada nos arts. 13, I, e 37, "caput", ambos da Lei Orgânica do Município de São Paulo. Em virtude de se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, conforme reza o art. 46, inciso X do Regimento Interno desta Edilidade.

Diante do exposto, somos

PELA LEGALIDADE.

Entretanto, para melhor adequação à legislação vigente, propomos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 248/96:

Altera a redação do art. 1º da Lei 8.776, de 06 de setembro de 1978.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 8.776, de 06 de setembro de 1978, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.419, de 29 de setembro de 1993, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - é vedada a alteração de denominação de logradouros públicos do Município de São Paulo, salvo nos seguintes casos:

I - constituam denominações homônimas;

II - não sendo homônimas, apresentem similaridade ortográfica, fonética ou fator de outra natureza que gere ambigüidade de identificação;

III - quando se tratar de denominação suscetível de expor ao ridículo moradores ou domiciliados no entorno;

§ 1º - As denominações serão consideradas homônimas quando o conjunto constituído pelo tipo e nomes forem idênticos.

§ 2º - é vedada a denominação de vias, logradouros ou próprios municipais em língua diferente da nacional, exceto quando referente a nomes próprios de brasileiros de origem estrangeira ou para homenagear personalidades reconhecidas por ter prestado relevantes serviços ao Município, ao Brasil ou a Humanidade.

Art 2º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 16/04/96

Viviani Ferraz - Relator
Aurélio Nomura
Gilson Barreto
Mário Noda - Contrário
Nelo Rodolfo
Osvaldo Sanches